



POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

I – APRESENTAÇÃO

O Colégio Mauá, em sua atuação educacional e em seus relacionamentos com demais instituições, tem como um de seus valores a manutenção do sigilo e busca proteger os dados pessoais que lhe são fornecidos, em especial, em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e outras normas relativas aplicáveis à espécie.

Este documento tem por finalidade orientação em relação aos princípios e às regras para o tratamento de dados que incluem, exemplificativamente, as operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados coletados dos seus titulares, além do registro de suas atividades, de acordo com as leis aplicáveis.

Assumimos o compromisso pela privacidade e cuidados de seus dados pessoais.

Tratamos os seus dados com o propósito exclusivo para atender a nossa missão educacional em seus processos pedagógicos, em consonância com o Regimento Escolar, com a Proposta Política Pedagógica, com o Contrato de Prestação de Serviços Educacionais e com normas internas de conduta e ética profissional.

Os dados serão tratados contemplando princípios legais considerando a finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilidade e prestação de contas.

II – FINALIDADE DE USO DE DADOS

- Procedimentos internos relacionados aos nossos serviços:
 - enviar informações, circulares,
 - comunicação de resultados acadêmicos,
 - emitir quitação de pagamentos
 - cadastro para biblioteca, projetos, eventos, dentre outros serviços
- Cumprir obrigações legais a que estamos sujeitos, por exemplo: fazer o gerenciamento de matrícula, providenciar o reconhecimento de equivalências e de documentos que conferem grau e títulos acadêmicos, emitir atestados, certificados e diplomas, realizar o controle de assiduidade e registro de informações acadêmicas.
- Permitir a realização de auditoria de órgãos de administração pública.
- Em investigações sobre possíveis violações de leis ou de nossas políticas internas.
- Estabelecer rede de conexões entre ex-estudantes.

- Defender direitos em conflitos judiciais ou extrajudiciais e para proteger nossos direitos e de terceiros e, ainda, para outras finalidades que exijam o seu consentimento, que será solicitado nos termos da legislação vigente.
- Manter e melhorar o site, bem como buscar sua segurança;
- Realizar pesquisas de satisfação do cliente;
- Gerenciar os encontros e aulas/atividades/avaliações virtuais;
- Fins de recrutamento quando você envia um currículo ou se candidata a uma vaga on-line;
- Compilar estatísticas agregadas sobre o uso do site;
- Sujeito ao seu consentimento prévio expresso, também podemos usar os dados pessoais que você compartilha conosco para fins de marketing e publicidade.
- Dispensa-se o consentimento, entretanto, no compartilhamento de dados com entidades e órgãos reguladores, para fins de cumprimento de normas legais e regulamentares;
- Se necessário, seus dados poderão ser usados para outras finalidades não conflitantes às finalidades apresentadas nesta Política e legislação pertinente.

III – ATUALIZAÇÃO

Estamos em constante processo de atualização e de exercício de segurança para com os seus dados pessoais, atendendo determinações legais, em especial a LGPD, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código do Consumidor.

Reservamos o direito de corrigir ou atualizar a Política de Privacidade de Dados periodicamente para refletir os requisitos jurídicos voláteis ou as nossas atividades de processamento. O Colégio Mauá publicará qualquer atualização aos titulares de dados via e-mail ou website com validade a partir do ato publicado.

Qualquer natureza de incidente que envolva a segurança de dados pessoais na instituição será comunicada aos titulares de dados via e-mail.

Com a nova legislação impõe-se uma mudança de cultura no trato com os dados pessoais. Não podemos dispor dos dados sem o devido consentimento de seu titular.

IV – RESPONSABILIDADE COM DADOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Colégio Mauá tem um cuidado especial com os dados das crianças e dos adolescentes, pois a própria LGPD, traz essa orientação e destacamos o seu artigo 14:

Art. 14. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos deste artigo e da legislação pertinente.

§ 1º O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

§ 2º No tratamento de dados de que trata o § 1º deste artigo, os controladores deverão manter pública a informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos a que se refere o art. 18 desta Lei.

§ 3º Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º Os controladores não deverão condicionar a participação dos titulares de que trata o § 1º deste artigo em jogos, aplicações de internet ou outras atividades ao fornecimento de informações pessoais além das estritamente necessárias à atividade.

§ 5º O controlador deve realizar todos os esforços razoáveis para verificar que o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo foi dado pelo responsável pela criança, consideradas as tecnologias disponíveis.

§ 6º As informações sobre o tratamento de dados referidas neste artigo deverão ser fornecidas de maneira simples, clara e acessível, consideradas as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, com uso de recursos audiovisuais quando adequado, de forma a proporcionar a informação necessária aos pais ou ao responsável legal e adequada ao entendimento da criança.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, também é observado e aplicado nos processos relacionais, pedagógicos e de proteção de dados pessoais.

V – VOCÊ É O TITULAR DE SEUS DADOS

O Colégio Mauá, com um século e meio de atuação na construção de saberes, valores e dignidade de vida, oportuniza transparência, disponibilidade e uso ético e moral dos dados que lhe são concedidos por seus titulares e assim segue os princípios legais de tratamento de dados.

A responsabilidade pela veracidade dos dados fornecidos é exclusivamente de seu titular.

Qualquer informação ou alteração de seus dados pessoais você obterá pelo Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais do Colégio Mauá: Valdomiro Dockhorn, valdomiro.dockhorn@maua.g12.br

VI – DIREITOS DO TITULAR DE DADOS:

- O direito de ser informado;
- O direito de acesso;
- O direito à retificação;
- O direito de restringir o processamento;
- O direito à portabilidade de dados;
- O direito de contestar;
- O direito de evitar a tomada de decisões automatizada;
- Poderá, a qualquer momento, solicitar modificação/alteração cadastral e ou cancelamento de uso de seus dados, com exceção dos dados para efeitos de cumprimento de legislação;
- Direito à anonimização, bloqueio ou eliminação: direito de obter da nossa parte a anonimização, bloqueio ou eliminação dos dados ou dos dados desnecessários ou excessivos processados em desacordo com o disposto na LGPD;
 - Entretanto, destacamos que alguns destes direitos se aplicam na totalidade, alguns se aplicam somente em alguns casos e dependem de legislação específica;
- Demais direitos previstos na legislação.

VII - RETENÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Mantemos os dados nos nossos sistemas e arquivos pelo tempo necessário para atingir os objetivos descritos nesta Política de Privacidade de Dados levando assim em conta, quando aplicável, as exigências legais e contratuais.

- a) Seus dados serão ativos até o encerramento do vínculo contratual para efeito do processo pedagógico institucional;
- b) Encerrado o vínculo contratual os dados serão mantidos para cumprimento de legislação específica de interesse de órgãos públicos, nos prazos determinados pelos próprios.

Quando os dados não forem mais necessários para os fins pelos quais eles são processados, os dados são excluídos ou mantidos de uma forma que não permita a identificação dos titulares

dos dados, desde que nós não sejamos exigidos por lei ou tenhamos permissão para manter tais dados. Nós podemos continuar a armazenar dados por um período maior, conforme seja necessário, para proteger os nossos interesses relativos a possíveis responsabilidades conectadas com cláusulas dos serviços educacionais ou o processamento dos dados.

VIII – FLUXO DOS DADOS

- a) Secretaria – via processo de matrícula.
- b) Sistema de TI – operação de dados integrado à comissão de segurança de dados da instituição.
- c) Tesouraria – contrato de prestação de serviços educacionais.
- d) Mantenedora – controlador dos dados.
- e) Direção Geral – controlador dos dados.
- f) Coordenações Pedagógicas – exclusivamente dados gerir o processo pedagógico e para contatos com alunos e seus responsáveis legais;
- g) Professores – exclusivamente dados para demandas pedagógicas e contatos com alunos e responsáveis legais.
- h) Biblioteca do Mauá.
- i) Departamentos de serviços – exclusivamente dados para contatos e desenvolvimentos de projetos pedagógicos.
- j) APM – exclusivamente dados para contatos.
- k) Grêmios Estudantil – exclusivamente para contatos com estudantes.
- l) Portaria – exclusivamente dados para contatos.
- m) Rede Sinodal de Educação – Instituições Associadas – exclusivamente para efeito de participação em eventos acadêmicos, intercâmbios culturais e esportivos nacionais e ou internacionais.
- n) Órgãos públicos nacionais – cumprimento de legislação.
- o) Instituições no exterior no caso de intercâmbios internacionais.

IX – DADOS QUE COLETAMOS OU PODEMOS COLETAR

- Nome; sobrenome; data de nascimento; gênero; certidão de nascimento; etnia /cor/raça; RG; CPF; filiação; dados do histórico escolar; passaporte; dados de saúde (ex. sobre vacinação, atestados, dentre outros); pessoas para contato além dos pais; endereço postal; endereço e-mail; profissão; nível acadêmico; endereço profissional; responsável financeiro; dados bancários do responsável; telefone; endereço IP; informações de pagamento; dados biométricos (exemplo: fotos); dados para cumprimento de relatórios de filantropia.

X – ARMAZENAMENTO DE DADOS

- a) Os Dados coletados estarão armazenados em ambiente seguro e controlado. Todavia, considerando que nenhum sistema de segurança é infalível, o Colégio Mauá se exime de quaisquer responsabilidades por eventuais danos e/ou prejuízos decorrentes de falhas, vírus ou invasões do banco de dados dos sites, aplicativos e serviços oferecidos via aulas remotas e demais serviços salvo nos casos em que tiver dolo ou culpa. Contudo, caso o Colégio Mauá identifique que alguma dessas situações ocorreu, notificará os titulares afetados informando que houve violação de seus Dados e indicará que adotem as medidas cabíveis.
- b) A qualquer momento o titular poderá solicitar a exibição, correção ou exclusão de seus dados. Salvo casos específicos, poderemos manter os dados coletados para cumprimento legal, auditoria e preservação de direitos, pelo prazo necessário para cumprir responsabilidades legais.

XI – USO DE COOKIES VIA SITE – UTILIZAÇÃO DE INTERNET

- O Colégio Mauá não capta dados via seu site.
- Cookies são pequenos arquivos de dados que podem ser armazenados, dependendo das configurações de cookies, em uma área dedicada no disco rígido do seu dispositivo final (computador, tablet, smartphone etc.) quando você usa o software de navegação para visualizar um serviço online. Os cookies são transferidos do servidor do site para o seu navegador. Cada site pode acessar apenas os cookies salvos no seu dispositivo final. Os dados podem ser armazenados em cookies se você concordar ou se for necessário por razões técnicas, ou seja, para acesso seguro ao nosso site.
- Você pode desativar os cookies no seu computador indicando isso nos menus de preferências ou opções do seu navegador.

XII – DEFINIÇÕES DE ACORDO COM A LGPD

- **DADOS PESSOAIS:** qualquer informação obtida relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, como por exemplo: nome, CPF, RG, endereço residencial ou comercial, número de telefone fixo ou móvel, endereço de e-mail, informações de geolocalização, entre outros;

- **DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS:** dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político; dado referente à saúde ou à vida sexual; dado genético ou biométrico; quando vinculado a uma pessoa natural;
- **DADO ANONIMIZADO:** dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- **TITULAR DE DADOS:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- **TRATAMENTO:** qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas com dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a coleta, o registro, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, a eliminação ou a destruição;
- **CONTROLADOR:** a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, especialmente relativas às finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais;
- **OPERADOR:** parte que trata dados pessoais de acordo com as instruções do Controlador;
- **ENCARRGADO** como o profissional indicado pelos agentes de tratamento de dados (Controlador e Operador) para “atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e Autoridade Nacional de Proteção de Dados”.
- **AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS:** órgão responsável pela fiscalização do cumprimento das disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, no território nacional;
- **INCIDENTES:** qualquer acesso, aquisição, uso, modificação, divulgação, perda, destruição ou dano acidental, ilegal ou não autorizado que envolva dados pessoais.

XIII – INTERPRETAÇÃO E FORO JURÍDICO

A presente Política de Privacidade será interpretada segundo a legislação brasileira, no idioma português, sendo eleito o foro da cidade de Santa Cruz do Sul/RS para dirimir qualquer litígio ou controvérsia envolvendo o presente documento, salvo ressalva específica de competência pessoal, territorial ou funcional pela Legislação Aplicável.

XIV – BASE LEGAL

- **Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD** – Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;
- **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**- Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

O Estatuto é fruto de uma construção coletiva, que envolveu parlamentares, governo, movimentos sociais, pesquisadores, instituições de defesa dos direitos da criança e do adolescente, organismos internacionais, instituições e lideranças religiosas, entre outros atores. Após quase três décadas de vigência, o Brasil continua mobilizado para que o ECA se mantenha como uma legislação avançada e atualizada. Nos últimos anos, foram realizados diversos aprimoramentos, dentre os quais se destacam:

- *Lei da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016) implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral;*
 - *Lei Menino Bernardo (lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014) estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos físicos; e*
 - *Lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase (Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012) - regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.*
 - *Lei que instituiu a Escuta Especializada (Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017) - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Nesta edição atualizada, destacam-se, no Adendo, as alterações dispostas nas Leis: nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019 - que instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência; e nº 13.812/2019, de 16 de março de 2019 que instituiu a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, criou o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e exigiu autorização judicial para viagem de menores sem companhia dos responsáveis.*
- **Código de Defesa do Consumidor** – Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.
 - **Marco Civil da Internet** – Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014.
 - **Código Civil** – Art. 11: *Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.*
- **Constituição Federal:**
 - *Art. 11: Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores;*

- *Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*
- **Ministério de Educação/BR**
- **Secretaria de Educação/RS**
- **Conselho Estadual de Educação/RS (Parecer 325/2014)**
- **Secretaria Municipal de Educação - Santa Cruz do Sul/RS**
- **Conselho Municipal de Educação – Santa Cruz do Sul/RS**
- **Contrato de Prestação de Serviços Educacionais – Colégio Mauá.**

Santa Cruz do Sul, 10 de fevereiro de 2021.